

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1002230-61.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes
Requerente:	PABLO CARNEIRO GIMENES
Requerido:	ATIVOS S.A. CIA SECURIT CRED FI

Justiça Gratuita

PABLO CARNEIRO GIMENES ajuizou ação contra ATIVOS S.A. CIA SECURIT CRED FI, alegando, em suma, que deparou-se com a inclusão de seu nome em cadastro de devedores, por ato da ré, em razão de supostos financiamentos que jamais contratou. Pediu a declaração de inexistência de tal vínculo jurídico e indenização por dano moral, excluindo-se seu nome de registros cadastrais.

Deferiu-se a antecipação parcial da tutela jurisdicional, para exclusão dos registros.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo que os débitos apontados em desfavor do autor foram contraídos perante o Banco do Brasil, que cedeu onerosamente o respectivo crédito para a contestante, pelo que improcede a pretensão inicial.

Manifestou-se o autor.

Determinou-se ao Banco do Brasil prestar informações a respeito da relação jurídica, sobrevindo documentos e manifestações das partes.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Foram apontados em desfavor do autor três débitos, pertinentes aos contratos 61275319, R\$ 383,45, 765083487, R\$ 2.449,74, e 5000813, R\$ 277,71 (fls. 42).

Tais créditos foram cedidos pelo Banco do Brasil para a contestante (fls. 93/98 e 153).

O contrato 50008134 corresponde ao Cheque Especial, o contrato 61275319 corresponde ao Cartão de Crédito e o contrato 765083487 corresponde a CDC Empréstimo (fls. 153).

O extrato de fls. 169 confirma o saldo devedor na conta corrente.

O extrato de fls. 171 confirma o saldo devedor da operação financeira na modalidade CDC 765.084.487.

Embora reclame a ausência de instrumentos contratuais escritos, o autor não negou expressamente ter contraído tais operações ou ter se beneficiado dos valores disponibilizados em sua conta.

O autor não negou, por exemplo, ter se beneficiado de um empréstimo de R\$ 1.926,94 (fls. 171), nem afirmou especificamente a inexistência de saldo devedor na conta bancária.

Este juízo designou data específica para interrogá-lo a respeito (fls. 183), mas ele não compareceu.

Pode o juiz, de ofício, determinar o comparecimento pessoal das partes para interrogá-las a respeito de fatos da causa. Assim dispõe o artigo 342 do Código de Processo Civil. Portanto, sem razão o autor, no recurso de agravo retido.

É estranhável sua ausência e sua insistência em negar-se a depor sobre os fatos.

Deixou de comparecer em duas oportunidades.

Enfim, os documentos juntados confirmam a relação contratual pertinente a dois dos apontamentos efetuados em desfavor do autor, o que afasta o pleito de declaração de inexistência dos respectivos contratos. É até possível que inexistam os contratos fisicamente conhecidos, mas faticamente

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

eles existem, por hipótese foram contratados informalmente ou por meio eletrônico, o que é bastante comum nos dias atuais.

Nada obstante, o réu não trouxe para os autos informação específica sobre o tal débito decorrente de utilização de cartão de crédito, não havendo notícia alguma de operações acaso efetuadas pelo autor, razão pela qual acolhe-se o pleito nesse ponto.

A exclusão de um registro apenas, persistindo outros dois, é bastante para afastar também a pretensão indenizatória por dano moral. Consoante o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 385: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

Pondere-se, ainda, relativamente àqueles dois outros contratos, que o pedido envolve a declaração de inexistência e de inexigibilidade da dívida, sem haver discussão quanto ao montante propriamente dito, razão pela qual este juízo não adentra o mérito dos critérios de formação do saldo devedor, limitando-se a repelir a pretensão declaração de exclusão do vínculo jurídico.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido apresentado por PABLO CARNEIRO GIMENES contra ATIVOS S. A. – SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, apenas para declarar a inexistência de relação jurídica de débito e crédito no tocante a suposto saldo devedor formado pela utilização de cartão de crédito, contrato 61275319, determinando também a exclusão de anotação em órgãos de proteção ao crédito quanto a ele.

Rejeito os pedidos remanescentes.

Vencido na quase totalidade dos pedidos, responderá o autor pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, fixados por equidade em R\$ 800,00. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**